

ACTA NÚMERO 23/09 DO EXECUTIVO
REALIZADA NO DIA 4 DE NOVEMBRO DE 2009.

----- Aos quatro dias, do mês de Novembro, do ano de dois mil e nove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se uma reunião da Câmara Municipal, sob a presidência de GIL NADAIS RESENDE DA FONSECA, e com a presença dos Srs. Vereadores JORGE HENRIQUE FERNANDES ALMEIDA, ELSA MARGARIDA DE MELO CORGA, MANUEL CORREIA MARQUES, JOÃO CARLOS GOMES CLEMENTE, CARLA JACINTA GARRUÇO DE ALMEIDA e BRITO ANTÓNIO RODRIGUES SALVADOR. -----

-----Esteve presente para a secretariar, ANA PALMIRA GASPAR ALBINO DI CAMPOS CRUZ. -----

-----Eram nove horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES A PRESTAR PELO SR. PRESIDENTE E SRS. VEREADORES** -----

----- Neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente saudou os presentes e manifestou o desejo de que todos estejam imbuídos de um espírito de colaboração e vontade de cooperar para que a nossa terra, cada vez mais, se desenvolva harmoniosamente e de modo a que os munícipes vejam satisfeitas as suas aspirações. -----

----- A seguir, usou da palavra o Sr. Vereador Manuel Marques, que se referiu ao anunciado encerramento no internamento pediatria no Hospital de Águeda, para dizer que entende isso como uma grande perda para o Concelho, e quis saber se a Câmara aceita isso pacificamente ou já tomou ou pretende tomar algumas diligências para reverter a situação. -----

----- Disse, também, o mesmo Sr. Vereador que há anos atrás já se falou nessa possibilidade e que a Câmara, na altura desenvolveu esforços para que isso não acontecesse esperando que agora continue a ter a mesma posição. ---

----- O Sr. Vereador Brito Salvador, que interveio de seguida, apresentou cumprimentos aos presentes e afirmou estar certo que terá o maior prazer em

trabalhar com todo o Executivo Municipal disponibilizando, desde já, todo o seu empenho para colaborar no sentido de se construir um concelho mais desenvolvido. -----

----- Prosseguindo este ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Vereador João Clemente deu as boas vindas aos três Vereadores do P.S.D. que iniciaram, agora, as suas funções neste Executivo e manifestou a sua disponibilidade para que em conjunto possam desenvolver um trabalho profícuo para engrandecimento do concelho. -----

----- A terminar este ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente apresentou a seguinte informação, acerca das distribuição de funções pelos Membros do Executivo em regime de permanência: -----

-----“Nos termos do n.º 4 do art.º 58.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram sendo introduzidas, comunico que distribui da seguinte forma as funções de cada um dos Membros da Câmara, em regime de permanência: -----

----- **Presidente Dr.º Gil Nadais** – Para além das funções não delegáveis, Gestão de Recursos Humanos; Jurídico; Gestão Económico-financeira; Novas Tecnologias de Informação e da Comunicação; Gestão Qualidade e Relações Internacionais; -----

----- **Enf.º Jorge Almeida** – Apoio às Freguesias; Protecção Civil; Saúde; Trânsito, Mobilidade e Transportes Urbanos; Obras Municipais, Ambiente e Qualidade de Vida e Armazéns/Serviços Urbanos; -----

----- **Vereadora Dra. Elsa Corga** - Solidariedade e Família (Acção Social e Habitação Social); Assuntos Culturais (Cultura, Preservação do Património, Museus e Bibliotecas), Desporto, Turismo, Juventude e Educação e Relação com o Ensino Superior; -----

----- **Vereador João Clemente** – Gestão Urbanística e Obras Particulares; Mercados e Feiras; Planeamento e Ordenamento do Território; Fiscalização Municipal; Contra-ordenações; Cemitérios; Licenciamentos diversos (publicidade, licenças de vendedores ambulantes, actividade de guarda-nocturno, vendedor ambulante de lotarias, arrumadores de automóveis, acampamentos ocasionais, exploração de máquinas de diversão, realização de espectáculos de natureza desportiva e de divertimentos públicos, agências de

venda de bilhetes para espectáculos públicos, fogueiras e queimadas, realização de leilões, ciclomotores, veículos agrícolas, etc.). -----

----- **FIXAÇÃO DO NÚMERO DE VEREADORES EM REGIME DE TEMPO INTEIRO** -----

----- Seguidamente, e de acordo com o que estabelece a alínea c) do n.º 1 do art.º 58.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Ex.mo Sr. Presidente comunica que, permitindo-lhe esta disposição legal fixar em dois o número de Vereadores em regime de permanência, designa para o efeito o **Enf. Jorge Almeida e a Dra. Elsa Corga**, que ficarão em regime de tempo inteiro exercendo as suas funções em exclusividade, com efeitos reportados a 30 de Outubro de 2009, data da tomada de posse. -----

----- Na sequência da proposta apresentada pelo Ex.mo Sr. Presidente, foi aprovado, por unanimidade, nos termos do n.º 2 do preceito supra citado, que o **Sr. Vereador João Clemente** exerça o mandato em regime de tempo inteiro, exercendo também as suas funções em exclusividade, com efeitos reportados a 30 de Outubro de 2009, data da sua tomada de posse. -----

----- **ESTABELECIMENTO DE DIA E HORA PARA AS REUNIÕES ORDINÁRIAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL** -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, fixar as reuniões do Executivo Municipal para as primeiras e terceiras quintas-feiras de cada mês, às nove horas e trinta minutos, sendo adiada para a quinta-feira seguinte quando um desses dias for feriado ou para a sexta-feira imediatamente a seguir se a quinta-feira da reunião e a seguinte forem feriados.

----- **PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, DO EXECUTIVO NO SR. PRESIDENTE.** -----

----- A seguir, foi deliberado, por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a seguinte proposta: -----

----- Considerando o volume e extensão de assuntos da competência da Câmara Municipal de Águeda e do conseqüente prejuízo para a capacidade de resposta em matérias originalmente confiadas a tal Órgão Executivo;

considerando que a delegação de competências constitui um importante instrumento destinado a conferir eficácia à gestão, possibilitando reservar para a reunião do Órgão Executivo as medidas de fundo e os actos de gestão do Município com efeitos mais prementes para a cidade e para os munícipes e cidadãos que aqui trabalham. -----

----- O Sr. Presidente propõe que a Câmara Municipal de Águeda, ao abrigo dos artigos 35º e 36º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18.09, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11.01, delibere: -----

----- Delegar, no Presidente de Câmara, as competências da Câmara que, nos termos da legislação em vigor, podem ser objecto de delegação e autorizá-lo, desde já, a subdelegá-las, nos Vereadores ou Dirigentes, sempre que entenda por conveniente e a lei o permitir, nomeadamente: -----

----- **EM MATÉRIA DE COMPETÊNCIAS GERAIS E/OU DIVERSAS:** -----

----- 1 - As competências previstas no art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, com excepção das alíneas a), h), i), j), o) e p) do n.º 1; a), b), c) e j) do n.º 2; a) do n.º 3; a), b), d) e f) do n.º 4; do n.º 6 e alíneas a) e c) do n.º 7 daquele preceito, de acordo com o disposto nos artigos 64º e 65º do supra citado diploma legal; -----

----- 2 - A assinatura de todas as autorizações que forem processadas no corrente mandado, relativas a vencimentos de todo o pessoal, do quadro ou em qualquer outra situação, subsídios de férias e de Natal, abono de família e prestações complementares, subsídios para transportes e ajudas de custo, subsídios mensais do Presidente da Câmara e Vereadores em regime de permanência, senhas de presença dos eleitos de todos os Órgãos do Município, processamento de vencimentos e outras remunerações, despesas com formação e gestão das respectivas verbas; -----

----- 3 - Autorizar a acumulação de funções nos termos dos arts. 27 a 29 da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, actualizada de acordo com a Declaração de Rectificação nº 22-A/2008, de 24 de Abril, a Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e o Decreto-Lei nº 269/2009, de 30 de Setembro; -----

----- 4 - Autorizar arrendamentos e pagamentos a diversas entidades por

- conta de operações de tesouraria; -----
- 5 - Subscrever recibos relativos a quaisquer transferências para o Município; -----
- 6 - Autorizar o pagamento de avença do correio; -----
- 7 - Autorizar a reconstituição de fundos permanentes; -----
- 8 - Conceder autorizações para amortização de empréstimos; -----
- 9 - Autorizar a satisfação de despesas de carácter urgente e inadiável, que não possam aguardar pela reunião de Câmara, e que ficarão sujeitas a ratificação na reunião subsequente; -----
- 10 - Exercer em matéria de acção social escolar as competências previstas no art.º 4 do D.L. 399-A/84, de 28 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei Nº 7/2003, de 15 de Janeiro e, que aqui se dão por inteiramente reproduzidas; -----
- 11 - Conceder licenças para instalação ou ampliação de parques de sucata, nos termos legais; -----
- 12 - Despachar todos os pedidos de licenças de vendedores ambulantes e suas renovações, competindo-lhe ainda cumprir e fazer cumprir os Regulamentos em vigor; -----
- 13 - Autorizar a criação e a extinção da actividade de guarda-nocturno e bem assim decidir pedidos de licenciamento bem como aplicação das respectivas coimas, relativamente ao exercício de vendedor ambulante de lotarias, arrumadores de automóveis, acampamentos ocasionais, exploração de máquinas de diversão, realização de espectáculos de natureza desportiva e de divertimentos públicos, agências de venda de bilhetes para espectáculos públicos, fogueiras e queimadas e realização de leilões, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro, com as actualizações que lhe foram sendo introduzidas; -----
- 14 - Autorizar a concessão de licença especial de ruído, nos termos do n.º 2, do art.º 9º, do Decreto-Lei n.º 292/2000 (Regulamento Geral do Ruído), alterado pelo Decreto-Lei n.º 259/2002, de 23 de Novembro. -----
- 15 - Despachar todos os assuntos relacionados com os cemitérios (concessão de licenças para obras, inumações, trasladações, cedências de ossários, averbamentos, prescrições, etc.); -----
- 16 - Despachar todos os pedidos de alvarás sanitários e respectivos averbamentos; -----
- 17 - Conceder licenças para anúncios e reclamos; -----

----- **EM MATÉRIA DO REGIME JURÍDICO DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO:** -----

----- 18 - A concessão de licença às operações de loteamento, obras de urbanização e trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento, obras de construção e de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento, obras de reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação e as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição de imóveis situados em zonas de protecção de imóveis classificados, bem como dos integrados em conjuntos ou sítios classificados, ou em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, obras de reconstrução sem preservação das fachadas, obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas em licença de obras de reconstrução, e demais operações urbanísticas que não estejam isentas de licença; e a aprovação de informação prévia, previstas no nº 2 d artigo 4 e artigo 14º do DL nº 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção dada pelo DL nº 177/2001, de 4 de Junho e pela Lei nº 60/2007, de 4 de Setembro, em conformidade com os nº s 1 a 3 do artigo 5º do mesmo diploma; -----

----- 19 - Ordenar, procedendo de vistoria, a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas, prevista no nº 3 do artigo 89º e artigo 90º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção dada pelo DL nº 177/2001 de 4 de Junho e pela Lei nº 60/2007, de 4 de Setembro e na alínea c) do nº 5 do artigo 64 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conformidade com o nº 2 do artigo 65º da mesma Lei; -----

----- 20 - Autorizar o pagamento fraccionado das taxas devidas pela emissão do alvará de licença e a admissão de comunicação prévia de loteamento, emissão do alvará de licença e a admissão de comunicação prévia de obras de construção ou ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou alvará de obras de urbanização, e pela emissão do alvará de licença parcial prevista no nº 2 a 4 do artigo 116º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção dada pelo DL nº 177/ 2001, de 4 de Junho e pela Lei nº

60/2007, de 4 de Setembro, em conformidade com nº 2 do artigo 2 do artigo 117º do mesmo diploma; -----

----- 21 - Ordenar a realização de vistorias prevista na alínea b) do nº 5 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conformidade com o nº 2 do artigo 65º da mesma Lei. -----

----- **QUANTO ÀS MATÉRIAS PREVISTAS NO DEC.-LEI Nº 124/2006, DE 28.06, R A MEDIDAS E ACÇÕES A DESENVOLVER NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS: ---**

----- 22 - A prevista no nº1 do artigo 14º para propor, por despacho, a declaração de utilidade pública, ao Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, de infra-estruturas e terrenos necessários à execução destas, desde que inscritas nos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios, previstas no nº 2 do artigo 12º, como redes de faixas de gestão de combustíveis, mosaico de parcelas de gestão de combustível, rede viária florestal, rede de pontos de água, rede de vigilância e detecção de incêndios, rede de infra-estruturas de apoio ao combate; -----

----- 23 - A prevista no nº 3 do artigo 15º para, no caso de se verificar o incumprimento do aí aludido, notificar as entidades responsáveis pela rede viária, rede ferroviária, linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica em muito alta tensão, alta e media tensão, bem como os proprietários ou detentores sob qualquer título válido, de terrenos confinantes e edificação ou equipamentos, para que providenciem a gestão de combustíveis nas faixas de terreno correspondentes; -----

----- 24 - A prevista no nº 4 do artigo 15º: para ordenar e promover a realização dos trabalhos de gestão de combustíveis, com a faculdade de, posteriormente, se ressarcir quando se verifique o incumprimento nos termos do número anterior; -----

----- 25 - A prevista no nº 10 do artigo 15º: para ordenar e promover a realização dos trabalhos de gestão de combustíveis, com a faculdade de, posteriormente, se ressarcir, se, nos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com espaços florestais e previamente definidos nos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra incêndios, os proprietários ou detentores sob qualquer título de terrenos inseridos nessa faixa, não

procederem, voluntariamente, à gestão de combustível até ao dia 15 de Abril de cada ano; -----

----- 26 - A prevista no nº 11 do artigo 15º: para ordenar e promover a realização dos trabalhos de gestão de combustível, com faculdade de ressarcimento, nos parques de campismo, infra-estruturas e equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais, plataformas de logística e aterros sanitários, inseridos ou confinantes com espaços florestais, que não cumpram a sua obrigação de gestão de combustíveis ou não disponham de entidade gestora responsável; -----

----- 27 - A prevista no nº 3 do artigo 21º: para, no caso de incumprimento do disposto no artigo 15º, notificar, no prazo máximo de dez dias após conhecimento, os proprietários ou entidades responsáveis pelos trabalhos, fixando um prazo adequado para a realização desses trabalhos a que, nos termos n.º 1 do art. 21º estão obrigados e também dos procedimentos seguintes, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, dando do facto conhecimento à Guarda Nacional Republicana; -----

----- 28 - A prevista no nº 4 do artigo 21º: para, decorrido o prazo conferido nos termos do número anterior, executar os trabalhos devidos, sem qualquer formalidade, notificando, posteriormente, as entidades faltosas, para, no prazo de 60 dias, procederem ao pagamento dos custos correspondentes; -----

----- 29 - As previstas no nº 5 e 6 do artigo 21º: para, decorridos 60 dias previstos no número anterior, sem que se tenha verificado o pagamento correspondente, extrair certidão de dívida e, nos termos do nº 5 do mesmo artigo, cobrá-la em processo de execução fiscal; -----

----- 30 - A prevista na alínea c) do nº 1 do artigo 24º: para substituir-se, com a faculdade de posterior ressarcimento, aos proprietários e outros produtores florestais, na sinalização das zonas críticas, nos termos do artigo 22º; -----

----- 31 - A prevista no nº 2 do artigo 27º: para licenciar a realização de queimadas; -----

----- 32 - A prevista no nº 2 do artigo 29º: para autorizar a realização de fogos-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos durante o período crítico, definido por Portaria do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas; -----

----- 33 - A prevista no nº 1 do artigo 37º: para a fiscalizar o cumprimento das disposições do presente diploma; -----

----- 34 - A prevista no nº 1 do artigo 40º: para levantamento dos autos de contra-ordenação previstos no artigo 38º;-----

----- 35 - A prevista no nº 3 do artigo 40º: para instrução dos processos de contra-ordenação previstos nas alíneas c), d), e), p), e q) do nº 2 do artigo 38º;--

----- 36 - A competência prevista no nº 4 do artigo 3º-D da Lei nº 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei 17/2009, de 14 de Janeiro, para nomear o responsável pelo Gabinete Técnico Florestal, que apoia a Comissão Municipal de Defesa da Floresta; -----

----- Em cumprimento do n.º 3 do art.º 65º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deverão as decisões tomadas, ao abrigo da delegação proposta, ser comunicadas à Câmara na reunião imediatamente a seguir. -----

----- Mais se propõe que a referida delegação produza efeitos a partir da presente data, sem prejuízo de ficarem devidamente ratificados todos os actos praticados até agora pelo Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda Dr. Gil Nadais, no âmbito das competências que ora lhe são delegadas e que seja válida até ao final do presente mandado, exceptuando-se eventuais alterações decorrentes quer da legislação, quer da composição do órgão executivo.-----

----- Mais, se propõe proceder à afixação, nos termos do nº 2 do artigo 37º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo DL nº 442/91, de 15.11, alterado pelo DL nº 6/96, de 31.01.” -----

----- **ACÇÃO SOCIAL** -----

----- **ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS** -----

----- Analisadas as exposições apresentadas e as informações emitidas pelos Serviços de Acção Social, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as seguintes isenções de pagamento de taxas: -----

----- Cecília Seabra Maia, taxa referente à construção do ramal de saneamento e ligação à rede pública, que tem que ser efectuada através de bombagem, dado a casa encontrar-se a uma cota inferior a da via pública. -----

----- Natália Duarte de Almeida, taxa referente à construção do ramal para

ligação de água da rede publica à sua habitação. -----

----- Cristina Margarida Marques da Silva Mendes, taxa em dívida, referente ao consumo de água da rede pública. -----

----- **EDUCAÇÃO** -----

----- **TINTEIROS E TONNERS** -----

----- Prosseguindo os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir às Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, nos termos da proposta que foi presente, um apoio no valor de 690,00€, destinado a compartilhar as despesas com a aquisição de tinteiros e tonners. -----

----- **MATERIAL DIDACTICO/PEDAGÓGICO** -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos da proposta que foi presente, atribuir às Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, uma verba no valor de 18.957,00€, destinada a apoiar a aquisição de material didáctico/pedagógico. -----

----- **PROGRAMA DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR** - -----

----- Face aos pareceres emitidos, que transmitem o cumprimento integral do contrato, a Câmara deliberou, por unanimidade, proceder ao cancelamento da Garantia Bancária nº 125-02-1440601, apresentada pelo Centro Pró Educação e Formação de Odivelas, como caução pela Prestação de Serviços no âmbito do Programa de Enriquecimento Curricular no ano lectivo de 2008/2009. -----

----- **ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PUBLICO** -----

----- **HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO** -----

----- Continuando a reunião, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar que os estabelecimentos de artigos chineses, sitos na Rua José Maria Veloso, fracções 15 A e 15 B, funcionem de Segunda a Domingo, das 9:00H às 19:00H, com intervalo para almoço das 13:00H às 15:00H. -----

----- **FORNECIMENTOS** -----

----- **CANCELAMENTO DE CAUÇÕES** -----

----- De seguida, a Câmara deliberou, por unanimidade, proceder ao cancelamento das seguintes cauções: -----

----- Restituição de importância depositada pela firma VILT – Portugal, S.A, como garantia para o fornecimento de um sistema IPTV. -----

----- Cancelamento do Seguro Caução apresentado pela firma CNEC – Conselho do Norte de Engenheiros Consultores, Lda., como garantia pela elaboração do projecto da Via de Ligação da EN1 (GNR) Via de Cintura Externa. -----

----- **OBRAS MUNICIPAIS** -----

----- **MINUTAS DE CONTRATOS** -----

----- No prosseguimento dos trabalhos, a Câmara tomou conhecimento do lapso constante da Ordem de Trabalhos relativamente ao nome de uma das empreitadas, o que foi corrigido, e deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Srs. Vereadores Manuel Marques e Carla Jacinta e uma abstenção do Sr. Vereador Brito Salvador, aprovar a Minuta do Contrato Adicional ao Contrato de Empreitada de Requalificação do Largo 1º de Maio/Botareu e a Minuta do Contrato de Pavimentação e Repavimentação de Vias no Concelho – 2ª fase; --

----- Relativamente a esta deliberação o Sr. Vereador Manuel Marques apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Quanto à Minuta do Contrato de Pavimentação e Repavimentação de Vias no Concelho – 2ª fase, dado não me ter sido fornecido relação das obras a efectuar e dado serem obras do mandato anterior e eu não me sentir devidamente esclarecido sobre esta proposta de contrato, voto contra”. -----

----- Relativamente à Declaração de Voto do Sr. Vereador Manuel Marques, o Sr. Presidente disse o seguinte: -----

----- “Esclareço que está presente, nesta reunião da Câmara Municipal, o processo com a listagem de todas as obras que fazem parte desta empreitada, que foram aprovadas por unanimidade no Mandato anterior e que a única coisa que está aqui em causa é a Minuta do Contrato. -----

----- Nenhuma das obras constantes desta empreitada foram iniciadas e todos estes esclarecimentos foram prestados no decurso da reunião”. -----

----- **ASSOCIAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS** -----

----- Apreciadas as propostas apresentadas, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir, à Casa do Povo de Valongo do Vouga, um apoio financeiro no valor de 7.380,00€, nos termos do Contrato-Programa respectivo.

----- A seguir, ao tomar conhecimento de que o Grupo Típico “O Cancioneiro de Águeda” participou com dois grupos - o Infantil e as Velhas Guardas –

nas comemorações do Feriado Municipal e que na reunião de 27 de Agosto último apenas lhe foi atribuído subsídio correspondente a um grupo, a Câmara deliberou, por unanimidade, corrigir esse lapso e conceder-lhe o apoio correspondente à participação do segundo grupo, no valor de 250.00€. -----

----- **ASSUNTOS URGENTES** -----

----- Dada a urgência de que se revestem os mesmos, o Sr. Presidente propôs ao Executivo, nos termos do artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e na parte final do artigo 19º do Código do Procedimento Administrativo, que se incluía na Ordem de Trabalhos desta reunião o assunto que se segue – tendo todos os Membros do Executivo considerado aceite a urgência, pelo que se passou, de imediato, à sua análise: -----

----- **LISTAGENS DAS DECISÕES TOMADAS NO PERÍODO EM QUE A CÂMARA ESTEVE EM PERÍODO DE GESTÃO** -

Analizadas cada uma das listas presente que se juntam à pasta dos documentos referentes a esta minuta, foi deliberado, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Manuel Marques, Carla Jacinta e Brito Salvador, aprovar as decisões tomadas durante o período de gestão dos órgãos autárquicos. -----

----- A propósito desta votação foi apresentada a seguinte Declaração de Voto pelo Sr. Vereador Brito Salvador. -----

----- “ Relativamente a este ponto, que foi aditado à Ordem de Trabalhos tenho a referir que, tendo em conta que, nesta data, me foi apresentado um rol de quarenta e três folhas onde são discriminadas um sem número de despesas, sem qualquer documento de suporte das mesmas, e tendo em conta que este ponto aditado não fazia parte da Ordem de Trabalhos não estou em condições de ajuizar correctamente as despesas pagas.” -----

----- Eram doze horas e quarenta e cinco minutos quando o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta, que eu, Ana Campos Cruz, Directora de Departamento, redigi, subscrevo e assino com o Sr. Presidente. -----

